

Estudos da Deficiência na Educação: algumas contribuições para a realidade brasileira

Marivete Gesser¹
Anahí Guedes de Mello¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil

À guisa de apresentação

O Brasil tem uma legislação bastante ampla e avançada voltada à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, abrangendo leis, decretos e demais documentos legais. Dentre estes últimos, é possível destacar, por exemplo, a retomada conflituosa, no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a), que garante o direito inalienável à inclusão de estudantes com deficiência em todos os níveis de ensino, ainda que tenha sofrido duros ataques à sua execução durante a gestão do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022), sob o argumento de que crianças com deficiência “atrapalhavam” a aprendizagem escolar dos demais colegas sem deficiência na mesma sala de aula. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008) (Brasil, 2008b) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) também são dois importantes instrumentos jurídico-legais, os quais apresentam artigos e/ou capítulos específicos sobre educação. Por fim, destacamos a Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial de sistema de cotas, garantindo vagas reservadas para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e quilombolas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escolas públicas.

Apesar de toda a legislação e documentos legais voltados à garantia do direito à educação no Brasil, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para a ampliação do acesso e permanência de estudantes com deficiência no âmbito educacional. Os dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre as pessoas com deficiência, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), identificaram que a taxa de analfabetismo das pessoas com deficiência é quase cinco vezes maior do que entre as pessoas sem deficiência (19,5% versus 4,1%). A conclusão do ensino fundamental também é menor entre as pessoas com deficiência (25,6% versus 57,3%). Em relação ao ensino superior, os dados de 2021 do Censo da Educação Superior (INEP, 2022) apontam que o número de matrículas de graduação declaradas com registro de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação é de 63.404, correspondendo a apenas 0,71% do total de matrículas desse alunado em cursos de graduação neste ano.

Diante dos enormes desafios impostos à garantia constitucional do direito a uma educação de qualidade para estudantes com deficiência, mesmo em um país como o nosso que dispõe de inúmeros dispositivos legais voltados a esse propósito, é que destacamos a relevância desta seção temática sobre os estudos da deficiência na educação. O objetivo é o de difundir as contribuições dos estudos da deficiência na educação considerando a realidade brasileira. Para tanto, propomos o deslocamento de práticas educacionais essencializantes e binárias – em que dicotomias entre ‘modelo médico’ (centrada no corpo do indivíduo) e ‘modelo social’ (centrada no contexto das barreiras), ou entre ‘estudantes com deficiência’ e ‘estudantes sem deficiência’, coabitam reiteradamente no ambiente das salas de aula – para práticas educacionais inclusivas acolhedoras das diferenças na deficiência e fora dela, ou seja, que também considerem em perspectiva a deficiência na intersecção com outros marcadores sociais da diferença como gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, geração, região, religião, entre outros estruturalmente presentes nos contextos educacionais. Essa perspectiva, na nossa avaliação, corrobora com os argumentos de Adriano Nuernberg (2015, p. 555), com base em Baglieri et al. (2011), quando afirma que os estudos da deficiência na educação “focam prioritariamente as relações e os lugares sociais da deficiência no contexto da variação corporal humana”.

O campo dos estudos da deficiência na educação rejeita os modelos de compreensão da deficiência que, baseados em uma concepção pautada no binômio norma/desvio, compreendem a deficiência como circunscrita ao déficit, ao atraso ou à ausência, patologizando-a ou relegando-a a uma condição que demanda normalização ou cura. Além disso, os estudos da deficiência pautam-se no princípio de que a deficiência deve ser contextualizada nas esferas política e social, privilegiando os interesses, agendas e perspectivas das pessoas com deficiência. Nesse sentido, está comprometido com a justiça social, com a oferta de oportunidades educativas equitativas e com o acesso pleno

das pessoas com deficiência na sociedade (Connor et al., 2008). Nessa seção temática, também destacamos o compromisso com o rompimento do campo com a segregação em escolas e/ou turmas apartadas do convívio social a que as pessoas com deficiência foram submetidas ao longo da história, e a garantia da participação em sistemas de ensino comprometidos com a construção de processos educativos inclusivos.

Connor et al. (2008) também destacam o compromisso político dos estudos da deficiência na educação com a denúncia e o combate da opressão que posiciona a deficiência como uma condição essencializada, patologizada e a ser medicalizada nas escolas, na política, nas instituições e nas legislações. Além disso, os autores destacam que esse campo reconhece o poder político que pode ser encontrado no ativismo das pessoas com deficiência, o potencial que esse grupo tem de perturbar os discursos que posicionam suas experiências como dissonantes do que é estabelecido como corponorma, assim como inclui pessoas com deficiência na teorização sobre a deficiência. Os estudos da deficiência na educação, que surgiram inicialmente tendo como principal base teórica o modelo social da deficiência (UPIAS, 1975; Oliver, 1990; Barnes, 2012), têm incorporado importantes contribuições das autoras feministas da deficiência, assim como realizado importantes diálogos com os estudos críticos da raça e com outros campos que complexificam o entendimento da experiência das pessoas com deficiência no contexto educacional.

Acreditamos que as contribuições dos estudos da deficiência na educação podem refletir fundamentalmente com a construção de uma educação anticapacitista, conforme propõe Gesser (2020). A autora problematiza brevemente sobre o modo como a educação voltada às pessoas com deficiência tem sido forjada ao longo da história, e suas relações com os processos de normalização, patologização e medicalização da diferença, os quais excluem não somente estudantes com deficiência, mas a todas as pessoas que desviam de um ideal normativo. Também, com base em Campbell (2001; 2009), Mello (2016) e Taylor (2017), Gesser (2020) apresenta as implicações da reprodução do capacitismo - que tende a normalizar e hierarquizar as existências divergentes do padrão corponormativo - para a produção dos desvios e legitimação dos processos de exclusão no contexto educacional. Denunciar o capacitismo presente no contexto educacional é fundamental, uma vez que, como destaca Böck (2019), a narrativa capacitista incita o discurso da superação, em detrimento da construção de ambientes acessíveis e abertos a uma ampla variedade de pessoas. Nessa direção, Gesser (2020) destaca que o campo dos estudos da deficiência contribui para a promoção de processos educativos inclusivos, voltados ao acolhimento de pessoas com diferentes características e formas de se relacionar com o conhecimento.

Um exemplo bastante interessante dessa perspectiva que acolhe uma maior variabilidade de pessoas está na *Contracartilha de Acessibilidade* da Associação Brasileira de Antropologia (Mello; Gavério; von der Weid; Aydos, 2020), na qual os autores propõem, com base em

Mia Mingus (2010), que as dimensões técnicas e de tecnologias físicas, comportamentais e cognitivas sejam pensadas e praticadas com base em um paradigma que considere uma definição ampliada de acessibilidade, baseada na ideia de justiça deficiente¹. Para tanto, baseados na perspectiva de que a experiência da deficiência é múltipla e complexa, os autores propõem a utilização de uma abordagem que busca aleijar as práticas de acessibilidade, as quais hoje ainda demandam o enquadramento a partir de normas e padrões corporais individualizantes para tornar legível e administrável apenas determinados "desvios". Os autores destacam que: "Aleijar aqui é pensado no sentido de descolonizar, mutilar, deformar e contundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão, provocando-lhe fissuras" (Mello et. al. 2020, p. 4).

Entendemos que a difusão do campo dos Estudos da Deficiência na Educação oferece contribuições importantes para a implementação da legislação já existente no Brasil, por meio da construção de práticas educativas pautadas no compromisso ético-político de acolher e celebrar a presença de estudantes com diferentes variações humanas no âmbito da educação. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois como apontamos acima, a partir dos dados da PNAD Contínua e do Censo da Educação Superior, há muitos desafios para que todos os estudantes possam participar e avançar nos diferentes níveis de ensino, sendo que esses são maiores para os estudantes com deficiência. Acreditamos que os textos desta seção temática, que serão abaixo apresentados, oferecem importantes contribuições para a realidade brasileira.

O artigo de David Connor e Jan Valle, intitulado *Disability Studies in Education — Past, Present & Future? A Brief Overview*, abre a seção temática *Estudos da Deficiência e Educação* por meio da apresentação de um panorama amplo dos estudos da deficiência na educação. Os autores iniciam o texto apresentando a gênese dos Estudos da Deficiência na Educação, ao fazer uma homenagem aos educadores especiais críticos que lançaram as sementes desse campo por meio do questionamento do modelo médico da deficiência, que era amplamente aceito como base para o campo da educação especial à época. Eles defendem, baseados no modelo social da deficiência, a compreensão da deficiência como uma variação humana a qual, a partir dos processos de normalização, era posicionada pelo modelo médico como uma patologia. Em seguida, Connor e Valle contrastam modelos de compreensão da deficiência, buscando visibilizar que esses têm implicações políticas no modo como os sistemas de ensino lidam com as pessoas com deficiência. A partir do diálogo com os autores críticos da educação especial, e com os conhecimentos produzidos pelos teóricos dos estudos da deficiência, os autores apresentam os princípios basilares dos Estudos da Deficiência na Educação, assim como apresentam exemplos de abordagens teóricas e práticas. Ao explicitarem como esse campo foi crescendo nos Estados Unidos, eles descrevem os impactos dele para os domínios interconectados da teoria, pesquisa, prática e política. Além disso, descrevem uma ampla gama de con-

tribuições de acadêmicos experientes, recentemente estabelecidos e emergentes dos Estudos da Deficiência na Educação, que continuaram a expandir e aprofundar os estudos de forma interdisciplinar, incluindo, mas não limitando, seu uso na formação de professores, na educação inclusiva e nas ciências humanas. Também incluem entendimentos interseccionais da deficiência, como a teoria crítica da raça e deficiência (DisCrit), *latinx DisCrit* e um maior envolvimento no Sul Global. Por fim, apresentam as tendências emergentes do campo, visando mapear seus impactos para o futuro.

O segundo texto que compõe a seção temática é de autoria de Susan Baglieri, intitulado *Teaching, Care, and Inclusive Education: A Disability Studies Perspective* (Ensino, cuidado e educação inclusiva: uma perspectiva dos estudos da deficiência). A partir do diálogo com os estudos da deficiência e com o *Jutiça Defiça* (*disability justice*), com ênfase no acesso coletivo, a autora descreve como a educação inclusiva pode avançar na direção da ética do cuidado e a compreensão do cuidado como um trabalho que deve ser valorizado, com atenção à formação de professores. Para tanto, a partir da realidade dos Estados Unidos, a autora faz uma crítica ao significado de “inclusão”, o qual é centrado na deficiência, ao mesmo tempo que está sintonizado com as formas como o capacitismo se cruza com outros sistemas de opressão. Assim, Baglieri ressalta que a prática da educação inclusiva deve ser centrada na noção de justiça. Ela argumenta que uma prática de educação inclusiva focada na justiça não se baseia na promessa de (potencial) produtividade ou na independência/dependência específicas dos estudantes. Pelo contrário, a oportunidade de experimentar cuidar e ser cuidado no contexto de uma comunidade de aprendizagem molda o envolvimento e a preparação dos jovens para implementar e levar adiante a vida democrática. Ela finaliza o texto por meio da apresentação de uma tentativa preliminar de elementos fundamentais em programas de formação de professores. Dentre estes, a autora destaca a importância de se instrumentalizar os professores para posicionar o cuidado como uma prática de justiça que, do nosso ponto de vista, é subjacente à pedagogia crítica; apoiar a criação de uma comunidade de sala de aula pelos professores de forma a facilitar a criação do acesso coletivo; e apoiar os professores na identificação, descrição e defesa de condições dignas e justas de trabalho, que reconheçam o cuidado como trabalho específico, e não uma ação de caridade.

O artigo escrito por Gisele De Mozzi, intitulado *Para desestabilizar deficiências: uma análise de implicações aleijada*, visa articular reflexões acerca do encontro com uma das participantes de sua pesquisa de doutorado com os conhecimentos provenientes da psicologia social crítica, da psicologia escolar e educacional, dos estudos da deficiência na educação, dos estudos *crip* e do feminismo neomaterialista e interseccional. A autora propõe aleijar a análise de implicações incorporando o capacitismo e a deficiência como categorias analíticas nos processos de pesquisar, na direção de desestabilizar o pensamento hegemônico e as noções instituídas sobre deficiência, normalidade

e capacidade. A fim de aleijar a análise de implicações, a autora sugere apostar na potência ético-política da existência da diferença, antecipar e desejar a diversidade nos mais diversos espaços, contextos e temporalidades acadêmicas, desestabilizar saberes hegemônicos e, por fim, assumir um posicionamento ético-político comprometido com a luta anticapacitista. Segundo De Mozzi, “[...] a ampliação de entrada de um público diverso nas instituições federais de ensino superior, faz com que seja necessário repensar suas estruturas, paradigmas, epistemologias, referências, práticas e pedagogias”.

O artigo de Marivete Gesser, Valéria Aydos, Pamela Block e Paula Xavier da Silva, sobre *Capacitismo nas trajetórias educacionais e a produção da fadiga de acesso*, apresenta alguns resultados de uma pesquisa interinstitucional com o intuito de compreender, com base em uma perspectiva interseccional, as implicações do capacitismo nas trajetórias de mulheres negras com deficiência. O artigo busca visibilizar as implicações do capacitismo na produção da fadiga de acesso, sendo embasado nos estudos feministas da deficiência e nos estudos da deficiência na educação. A partir da análise das informações obtidas, as autoras identificaram que o capacitismo é produtor do que Anika Konrad (2021) nomeia como *access fatigue* (fadiga de acesso). As narrativas das participantes apontaram que o acesso ainda é muitas vezes compreendido como um problema individual e que a intersecção da deficiência com gênero e raça pode obstaculizar ainda mais a reivindicação dele. Também foi identificado que a fadiga de acesso, por vezes gerou trancamentos de matrícula, mudança de curso e até a desistência de finalizar a graduação. Ademais, a compreensão pautada no modelo médico e no capitalismo neoliberal de que o acesso é um problema do indivíduo, e de que ele deve buscar por si só os meios para a sua obtenção, esteve intrinsecamente presente ao longo das trajetórias educacionais das entrevistadas. Dessa forma, elas foram obrigadas a constantemente negociarem o acesso individualmente junto aos professores, colegas de sala de aula e familiares em detrimento de que, em consonância com a legislação vigente, as instituições de ensino contassem com uma rede de serviços voltados à promoção da acessibilidade para todas as pessoas que dela necessitam.

O artigo de Geisa Letícia Kempfer Bock, Rose Clér Estivalette Bèche e Solange Cristina da Silva versam sobre *Os sentidos atribuídos à deficiência por profissionais da educação básica*. Trata-se de um relato de pesquisa com o intuito de investigar os sentidos atribuídos à deficiência por profissionais que atuam na rede de educação básica de três municípios da região sul do Brasil. As informações obtidas na pesquisa apontaram que os sentidos atribuídos pelos professores à deficiência ainda são majoritariamente pautados no modelo biomédico, quando circunscreve a deficiência como incapacidade ou “falta” em relação ao que é considerado típico. Todavia, também foram identificadas compreensões da deficiência que a situam como uma experiência relacional, estabelecida na relação corpo/ambiente, entendendo as barreiras como impeditivos da participação das pessoas

com deficiência no contexto em que elas estão inseridas. Os resultados do estudo corroboram com a importância de que sejam realizadas formações que tenham como propósito modificar os sentidos atribuídos à experiência da deficiência, de modo que isso repercuta nas práticas educativas junto aos estudantes com deficiência.

O artigo de Carla Biancha Angelucci, intitulado *Políticas de cuidado de pessoas com deficiência e direito à educação: o que pode o Programa BPC na Escola?*, versou sobre a política pública *Programa BPC na Escola*, com o objetivo de apreender a realidade escolar de estudantes com deficiência do município de Suzano/SP, a partir de uma ação de Estado organizada e intencional, com fundamentos, parâmetros de execução e monitoramento. As análises foram realizadas a partir de 337 questionários aplicados aos beneficiários do programa. Embora o material da pesquisa permitisse leituras sobre diferentes campos dos direitos das pessoas com deficiência (lazer, trabalho, mobilidade urbana, saúde, justiça), as análises foram circunscritas aos direitos à proteção social e à educação, efetivadas, respectivamente, pelas políticas de assistência social e de educação no município. Os resultados evidenciaram alguns desafios às políticas públicas como a relativa ao *Programa BPC na Escola*, tais como o referente à distribuição desigual do cuidado e a necessidade de romper com a concepção de que este deve ser circunscrito ao âmbito privado, assim como a de se incorporar, nas políticas públicas, a interseccionalidade e a interseccionalidade.

Por fim, gostaríamos apenas de salientar que essa seção temática não esgota as discussões do campo dos estudos da deficiência na educação, mas fomenta a emergência de mais pesquisas e estratégias inventivas e críticas nos diferentes contextos educacionais. Acreditamos que a expansão deste campo no Brasil pode contribuir para a ampliação da própria noção de “educação inclusiva”, potencializada pela noção da escola como um espaço de promoção de cuidado na perspectiva da democracia, da ética feminista e da justiça.

Nota

¹ Na mesa-redonda 04, do VII ENADIR - Encontro Nacional de Antropologia do Direito, e que contou com a participação de Anahí Mello, Helena Fietz e Gabriela Rondon (2021), Mello e Fietz propuseram a tradução do termo “Disability Justice” para “Justiça Defiça”.

Referências

BAGLIERI, Susan et al. [Re]claiming “Inclusive Education” toward cohesion in educational reform: Disability studies unravels the myth of the normal child. **Columbia University**, New York, Teacher College, v. 113, n. 10, p. 2122-2154, 2011.

BARNES, Colin. Social model of disability: valuable or irrelevant? In: WATSON, N.; ROULSTONE, A.; THOMAS, C. **The routledge handbook of disability studies**. London: Routledge, 2012. p. 12-29.

BÖCK, G. L. K. **O Desenho Universal para a Aprendizagem e as contribuições na Educação à Distância**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Florianópolis, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

CAMPBELL, Fiona K. "Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law." **Griffith Law Review**, London, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001.

CAMPBELL, Fiona K. **Contours of Ableism – The production of disability and abledness**, London: Palgrave Macmillan, 2009.

CONNOR, David J.; GABEL, S. L.; GALLAGHER, D.; MORTON, M. Disability studies and inclusive education--Implication for theory, research, and practice: Guest editor's introduction. **International Journal of Inclusive Education**, v. 12, n. 5-6, p. 441-457, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

MELLO, Anahí G.; GAVÉRIO, Marco Antônio; von der WEID, Olivia; AYDOS, Valéria [Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia]. **Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade**. Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro: ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI, 2020. 14p.

MELLO, Anahí Guedes de; FIETZ, Helena; RONDON, Gabriela. "Entre os 'direitos das pessoas com deficiência' e a 'justiça deficiente': reflexões antropológicas a partir do contexto brasileiro" [vídeo]. In: VII ENADIR - ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, 2021. **YouTube...** agosto 2021. Disponível

em <https://www.youtube.com/watch?v=TVPdIWzaS8A> Acesso em: 12 fev. 2022.

MELLO, Anahí Guedes. Deficiência, incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência. capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

NUERNBERG, A. H. Os estudos sobre deficiência na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 555-558, abr. 2015.

OLIVER, Mike. **The Politics of Disablement**. London: Macmillan, 1990.

TAYLOR, S. Beasts of Burden: Animal and Disability Liberation. **The New Press**, 2017.

UPIAS. Union of the Physically Impaired Against Segregation; Disability Alliance. **Fundamental Principles of Disability**. 1975.

Marivete Gesser é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com Pós-doutorado na *State University of New York/Stony Brook/USA*. Atua como professora associada no Departamento de Psicologia da UFSC e coordena o Núcleo de Estudos da Deficiência (NED-UFSC). Recebe financiamento do CNPq - bolsa PQ nível 1D.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4091-9754>
E-mail: mariveteg@gmail.com

Anahí Guedes de Mello é antropóloga, doutora em Antropologia Social pela UFSC. É pesquisadora do Núcleo de Estudos da Deficiência (NED), do Departamento de Psicologia da mesma universidade; pesquisadora associada da Anis – Instituto de Bioética. É também membro do Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do GT Estudos Críticos em Discapacidade do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5536-7171>
E-mail: anahigm75@gmail.com

